

**ACURCIO FA (ORG.).**  
**MEDICAMENTOS: POLÍTICAS, ASSISTÊNCIA**  
**FARMACÊUTICA, FARMACOEPIDEMIOLOGIA**  
**E FARMACOECONOMIA.**  
**BELO HORIZONTE: COOPMED, 2013.**

Organizado por Francisco de Assis Acurcio, professor da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o livro *Medicamentos: Políticas, Assistência Farmacêutica, Farmacoepidemiologia e Farmacoeconomia*<sup>1</sup> situa o conceito de Assistência Farmacêutica (AF) adotado no Brasil<sup>2</sup> no cenário mundial, desbrincando como o país tem monitorado o uso e o efeito dos medicamentos disponíveis no seu mercado. Ao longo dos seus nove capítulos são apresentadas estratégias metodológicas para diferentes atividades da AF relacionadas o monitoramento dos medicamentos pós-comercialização, a partir da experiência profissional dos 18 autores que participam da obra.

O primeiro capítulo apresenta, de modo articulado, os conceitos necessários para compreensão dos temas abordados nos capítulos seguintes e, deste modo, fundamenta a discussão para o leitor. O acesso a medicamentos é compreendido como dependente da adoção do conceito de medicamentos essenciais; conceito este apontado como definitivo para a efetividade de uma política de medicamentos que integra um sistema de saúde universal e integral. Em paralelo, a dificuldade no acesso a medicamentos devido a questões comerciais que regem o mercado farmacêutico produtivo é problematizada com exemplos do alto custo dos medicamentos inovadores e da pouca competitividade interna em inovação e produção.

Para os autores, a pressão exercida pela indústria farmacêutica de posse do argumento da inovação incentiva a prescrição de medicamentos recém lançados no mercado. A problemática por trás deste fato reside no correto estabelecimento do benefício terapêutico pelo prescritor. Quando isto não ocorre os riscos superam os benefícios para o paciente. Ademais, em muitos casos, a concretização do acesso a estes medicamentos acontece por via judicial, o que pressiona e desafia a gestão da AF. O estabelecimento de uma política de avaliação de tecnologias em saúde é visto como fundamental na indicação de medicamentos eficazes, seguros e custo-efetivos. Em reflexão, o que vemos hoje com a reformulação conceitual da Relação Nacional de Medicamentos em 2012, é que a mesma se tornou ainda mais vulnerável às pressões políticas e de mercado, incluindo itens que não atendem aos critérios do conceito de medicamentos essenciais<sup>3</sup>.

Os capítulos seguintes têm como objeto a Farmacoepidemiologia, para a qual os autores assumem e citam a seguinte definição de Lefèvre (1991) “estudo da distribuição e dos determinantes dos eventos relacionados aos fármacos em populações e a aplicação desse estudo à eficácia do tratamento com medicamentos”<sup>1</sup>. O texto sistematiza a produção acadêmica brasileira na área e constata que houve evolução progressiva desde a década de 1990 dado o aumento progressivo no número de artigos. Em 2012, o país contabilizava 128 grupos e 204 linhas de pesquisa em Farmacoepidemiologia. A maior parte destes grupos está fisicamente localizado na região Sudeste e Sul do Brasil.

A revisão bibliográfica que fundamenta o terceiro capítulo aponta um maior percentual de estudos de utilização de medicamentos (EUM) que se valem de técnicas da metodologia quantitativa para identificar o padrão descritivo de consumo; conforme esperado. Todavia, tem aumentado o número de estudos que utilizam de técnicas da metodologia qualitativa para explorar os determinantes do consumo. Os autores apresentam ferramentas para execução de um EUM em ambas abordagens metodológicas. Em adição, são apresentados conceitos e ferramentas de diferentes abordagens da farmacoeconomia, a saber: análise de minimização dos custos, análise de custo-benefício, análise de custo-efetividade e análise de custo utilidade. Com relação a farmacovigilância, o Brasil tem buscado fortalecer a notificação de eventos adversos, sejam estes do tipo reação adversa ou do tipo erro de medicação. Merece destaque duas iniciativas: a estruturação da Rede de Hospitais-Sentinela, formada por hospitais de ensino e por hospitais de alta-complexidade; e as Farmácias Notificadoras, programa governamental criado em 2005 que capacitou o farmacêutico de um conjunto de drogarias comerciais para executar a notificação. A notificação voluntária, por sua vez, permanece como uma possibilidade para os profissionais de saúde por meio do Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária (NOTIVISA).

Dito isto, o livro aproxima e convida para a discussão além das três grandes vertentes da farmacoepidemiologia - estudos de utilização de medicamentos, farmacovigilância e farmacoeconomia – a atenção farmacêutica e o descarte de medicamentos. O monitoramento farmacoterapêutico, parte estruturante do conceito de atenção farmacêutica, é compreendido como um momento de busca ativa por problemas relacionados com medicamentos (PRM). Cabe observar o foco dado à emergência da ética na filosofia profissional e sua relevância para a determinação de valores e comportamentos que orientam esta prática, bem como, ampliar a discussão extrapolando para questões relacionadas com a colaboração multiprofissional, podendo a bioética suscitar e apoiar a argumentação<sup>4</sup>.

1. Programa de Pós-Graduação  
em Bioética, Ética Aplicada e  
Saúde Coletiva - PPGBIOS / UFRJ

2. Universidade Federal  
Fluminense

Autor para Correspondência:  
Iacinete Pamplona da Cruz  
Programa de Pós-Graduação em

O último capítulo aborda os problemas relacionados com a presença de produtos farmacêuticos e seus metabólitos no meio ambiente, e o consequente prejuízo para a existência das mais variadas espécies, dentre elas, a humana. Os autores perpassam pelos diferentes tipos de contaminantes farmacêuticos, suas características e fontes, relacionando-os com os riscos apresentados pela presença desses resíduos no meio ambiente, como, por exemplo, nas águas de estações de tratamento e mesmo em águas já tratadas. São elencadas como medidas para o enfrentamento desta questão: (i) a inclusão dos medicamentos na listagem de resíduos da Lei 12.305 com obrigatoriedade de logística reversa, (ii) qualificar a gestão de estoque nos diferentes espaços do complexo industrial da saúde e (iii) orientar e inserir a comunidade na execução do descarte correto de medicamentos<sup>5</sup>.

O livro inova ao incluir em uma mesma publicação aspectos conceituais e metodológicos de diferentes atividades da AF de forte interface com o monitoramento do uso e dos efeitos dos medicamentos na população. Neste sentido, convida a refletir a respeito da contribuição neste âmbito de outras atividades que compõe a etapa de utilização do ciclo da AF, como por exemplo, a prescrição e a dispensação. A AF é um campo multidisciplinar. A obra é uma ótima oportunidade de aprendizagem e atualização para estudantes e profissionais preocupados com o acesso e com o uso qualificado de medicamentos de qualidade.

## REFERÊNCIAS

1. Acurcio FA (org.). Medicamentos: Políticas, Assistência Farmacêutica, Farmacoepidemiologia e Farmacoeconomia. Belo Horizonte, Coopmed, 2013: 320p.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretária de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos. Série C Programas, projetos e Relatórios. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 40p
3. Pinto CDBS, Ventura M, Pepe VLE et al. Novos delineamentos da assistência farmacêutica frente à regulamentação da Lei Orgânica da Saúde. Cad Saúde Pública, 2013, 29(6): 1056-1058.
4. Santos V, Matos GC. Ética e Assistência Farmacêutica. In: Osorio-de-Castro et al (org). Assistência Farmacêutica: gestão e prática para profissionais de saúde. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2014.
5. Brasil. Lei n 12.305 de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 3 ago 2010.